



Moção Nº. /2014

PORTUGAL TEM FUTURO COM A CONSTITUIÇÃO E OS VALORES DE ABRIL

Assinalamos o 40º aniversário da Revolução de Abril e os 40 anos do primeiro 1.º de Maio em liberdade, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional, que constituiu dos mais importantes acontecimentos da história de Portugal, e o mais importante da sua história contemporânea. Para os democratas e patriotas, com ou sem partido, Abril é Liberdade, é a união histórica entre os militares progressistas da Forças Armadas e o povo português, que venceram o fascismo, a supressão de liberdades de expressão, reunião, manifestação e associação; a proibição de partidos políticos, a censura e a repressão pela polícia política; as perseguições, prisão e torturas de muitas dezenas de milhares de opositores à ditadura; os 13 anos de guerras coloniais, a imposição de uma sociedade vigiada, marcada pelo obscurantismo e pelo condicionamento da vida cultural; a feroz exploração dos trabalhadores, a fome, a miséria, o atraso económico e social, a concentração brutal da riqueza nas mãos de um punhado de grandes grupos monopolistas.

Abril é expressão da força e capacidade do povo português em decidir o seu próprio destino, de tomar nas suas mãos a construção de um Portugal mais justo, que assuma a democracia nas suas quatro vertentes inseparáveis: política, económica, social e cultural. Abril é indissociável da conquista da liberdade, mas também da Reforma Agrária, das nacionalizações e controlo operário, da liquidação do capitalismo monopolista de Estado, do direito à greve, de eleições livres e do Poder Local Democrático; do salário mínimo nacional, subsídio de férias e de Natal, do subsídio de desemprego, de pensões e reformas para todos; da igualdade de direitos para as mulheres e do direito à licença de maternidade, do combate sem tréguas ao trabalho infantil, do direito à saúde, à educação e à segurança social; da melhoria das condições de vida do povo, da liberdade de criação e fruição cultural, da diversificação das relações externas e do fim do isolamento internacional.

- ② Comemorar os 40 anos da Revolução de Abril é olhar o presente sabendo que é preciso unir esforços para travar as políticas de regressão social e extorsão do actual Governo PSD/CDS, que confirmam e acentuam o projecto político que há mais de 37 anos desrespeita continuamente a Constituição da República Portuguesa, portadora dos valores de Abril.

O roubo dos salários e direitos dos trabalhadores, das reformas de quem trab
uma vida inteira; o impedir que os nossos jovens tenham condições para aceder a
educação de qualidade, que o nosso povo aceda a cuidados de saúde condignos,



tantos outros ataques, são uma afronta aos valores de Abril, aos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa. Não existe propaganda capaz de iludir a situação real das condições de vida do povo português. Não existe justificação ética ou política para que Portugal se submeta à miséria para cumprir memorandos ilegítimos com instituições internacionais, sobre os quais, frise-se, o povo português não foi ouvido. Não existe um argumento que faça compreender ao povo português porque aumenta a exploração e a miséria ao mesmo tempo que aumentam os lucros dos grandes grupos económicos e financeiros.

Abril é Liberdade. Abril é Unidade dos democratas e patriotas, dos trabalhadores, pequenos e médios empresários, da juventude, dos reformados, de todos aqueles que assumem estas comemorações como o tempo de afirmar nas ruas do País a indignação e a recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo e a Portugal, à sua história e ao seu futuro. Comemorar Abril é um momento de resistência e luta, de esperança e confiança de que, com a luta dos trabalhadores, com a Constituição e os valores de Abril, Portugal tem futuro.

Uma semana após o 25 de Abril comemoramos o 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

O 1º de Maio é agora comemorado num momento histórico em que Portugal se confronta com uma das maiores ofensivas desencadeada pelo capital económico e financeiro, depois de instaurado o regime democrático, em Abril de 1974.

O país esta mais pobre e as desigualdades e as injustiças sociais acentuam-se.

A política de austeridade tem atingido sobretudo os trabalhadores, os desempregados e os pensionistas e reformados que vêem os seus empregos em causa, o seu poder de compra diminuir e os seus direitos reduzidos ou liquidados, incluindo direitos fundamentais constitucionalmente consagrados.

A realidade de sucessivos programas de austeridade aplicados nos últimos anos, mostra uma brutal queda dos salários na distribuição da riqueza. Esta diminuição tem como causas principais a destruição do emprego e a baixa salarial provocada pelo desemprego e pela precariedade, o bloqueamento da contratação colectiva e os cortes de salários na Administração Pública, o não cumprimento pelo Governo do Acordo sobre o salário mínimo nacional e o seu congelamento desde 2011, as mudanças na legislação laboral destinada a proteger os trabalhadores, as quais facilitam os despedimentos e tornam o trabalho mais barato.

O ataque continuado aos trabalhadores tem colocado em causa as mais básicas necessidades da humanização do mundo trabalho, razão pela qual no dia 1º Maio de 1886, centenas de operários de Chicago encetaram uma luta histórica: a greve gera jornada de oito horas de trabalho diário.

Na Administração Pública, além do aumento da contribuição para a ADSE, foram impo cortes salariais a partir de 675 €. A duração do trabalho foi aumentada (de 35 pa



horas semanais), no que constitui uma regressão sem precedentes e uma violação de normas internacionais que Portugal subscreveu, incluindo a Carta Social Europeia. Os direitos de negociação colectiva são frontalmente desrespeitados quando se recusa a publicação de centenas de contratos colectivos (ACEEP`s, neste caso) já assinados, os quais mantêm as 35 horas semanais.

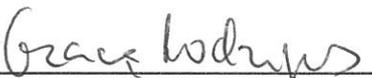
Os cortes, associados ao aumento das taxas moderadoras e à sobrecarga de impostos sobre os trabalhadores, estão a provocar o empobrecimento generalizado das famílias e a lançar muitos milhares de portugueses na pobreza e na exclusão social.

Por tudo isto, e sobretudo apesar de todos os ataques a Abril, queremos aqui reafirmar: Portugal tem futuro! Com o povo e pelo povo, nunca contra o povo. Necessitamos de uma outra política e de um governo que a concretize respeitando a Constituição da República Portuguesa e promovendo o progresso social, económico e cultural. Com Abril e os seus valores. Sempre!

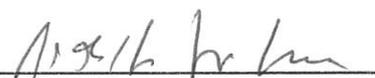
Viva o 25 de Abril! Viva Portugal livre, soberano e justo.

Cacém e São Marcos, 29 de Abril de 2014

Os eleitos da Coligação Democrática Unitária na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos



Graça Rodrigues



Rodolfo Caseiro



Luís Silva



José Ranita